



Instrumentos de Política de Habitação



RECUPERAR
PORTUGAL





Apresentação

Em resposta ao profundo agravamento da dificuldade de acesso à habitação, nos últimos anos foi criado um novo quadro legal e regulamentar com vista a garantir o acesso à habitação, destacando-se a aprovação da 1.ª Lei de bases da habitação e da **“Nova Geração de Políticas de Habitação”**, e a criação de um conjunto alargado de novos programas de política pública.

Paralelamente, com vista a responder aos objetivos de que a reabilitação do edificado e urbana passasse de exceção a regra, e a promover um desenvolvimento urbano sustentável, coeso e inclusivo, foi criado o projeto **“Reabilitar como regra”** que culminou com a revisão de todo o enquadramento legal e regulamentar aplicável à reabilitação habitacional, adequando-o às especificidades inerentes à reabilitação.

À criação deste novo enquadramento legal no âmbito da habitação e da reabilitação, veio recentemente acrescer um instrumento muito poderoso de operacionalização: o **Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR)**.

Juntamente com estas dinâmicas, verificam-se atualmente novas tendências ao nível da promoção habitacional, pública e privada, que embora sejam de cariz internacional, têm uma incidência particular em Portugal e para as quais o **PRR** irá dar claros contributos. Com efeito, é emergente uma forte aposta em regimes alternativos à compra de casa, nomeadamente, no arrendamento e em regimes de ocupação temporária, bem como em promoção para públicos específicos (e.g., sénior, estudantil, “city users”), com o desenvolvimento de projetos concebidos para estes regimes de ocupação em particular, o que tem implicações específicas ao nível da tipologia arquitetónica, dos usos do solo, da mobilidade e de planeamento, gestão, financiamento e sustentabilidade das operações.

Vive-se assim um momento singular em matéria de habitação, que terá um impacto muito significativo tanto no meio técnico e profissional ligado ao setor e à administração pública, como na sociedade como um todo e nas condições de vida das gerações futuras. Subjacente ao mesmo, existem fortes dinâmicas que exigem inovação e nas quais a comunidade académica e científica, em particular na área da arquitetura, tem um claro contributo a dar, e cujo apoio é também essencial no sentido de preparar e capacitar o meio técnico e profissional para dar uma resposta qualificada e atempada aos desafios que enfrentam neste domínio.

Foi neste contexto e em resposta a estes desafios, que surgiu a parceria **Aliança “Nova Geração de Habitação”**, que reúne um conjunto de entidades de referência no setor, e que está na base do desenvolvimento de um projeto formativo inovador e de grande atualidade em matéria de habitação.



Parceiros Aliança



a. . .
. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa





Instrumentos de Política de Habitação

Objetivos

O objetivo principal do curso é disponibilizar formação superior a técnicos e profissionais, com especial enfoque na atualização de competências, relativamente ao **novo enquadramento legal** e instrumentos disponíveis no **domínio da habitação**.

Enquadramento

Com vista a dar resposta ao objetivo proposto, o Curso de Especialização em Instrumentos de Política de Habitação abarcará um amplo leque de temáticas, designadamente:

- **Alterações recentes ao enquadramento legal e regulamentar aplicável à habitação;**
- **Programas e requisitos para a promoção pública de habitação;**
- **Programas e incentivos para a promoção habitacional em geral, incluindo a habitação acessível;**
- **Instrumentos, incentivos e financiamento disponíveis.**

Pretende-se, por esta via, preparar o corpo técnico e científico para, de forma qualificada, maximizar as oportunidades que se vão abrir e dar resposta aos desafios que se vão colocar nos próximos anos em matéria de promoção habitacional, tanto ao nível do setor público como privado.



Públicos-alvo

Técnicos da Administração Pública

Corpo técnico dos municípios, áreas metropolitanas e administração central e regional que desenvolvam atividade nas áreas da habitação, urbanismo e apoio social, incluindo empresas municipais de gestão habitacional e Sociedades de Reabilitação Urbana.

Consultores

Consultores e técnicos de consultoras que desenvolvam atividade ligada à assessoria estratégica e financeira, tanto à administração pública como ao setor privado, nas áreas do financiamento, planeamento estratégico, territorial e urbano, reabilitação urbana, habitação e imobiliário.

Projetistas, urbanistas e planeadores

Profissionais de projeto com atividade ou interesse no domínio da habitação, urbanistas e profissionais de planeamento regional e urbano.

Jovens e adultos graduados

Jovens e adultos graduados, nacionais e estrangeiros, que pretendam aumentar a sua graduação superior, converter ou atualizar as suas competências nas temáticas ligadas à reabilitação.

Objetivos

Temas a tratar

Entidade formadora

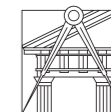
Módulo I - O Direito à Habitação e a sua efetivação: organização, articulação e competências dos diferentes níveis de Governo

- Enquadramento constitucional
- Repartição de competências na Administração pública
- Programa Nacional de Habitação



Módulo II - Planeamento estratégico

- Enquadramento: Nova Geração de Políticas de Habitação e Lei de Bases da Habitação
- Estratégias Locais de Habitação e Cartas Municipais de Habitação



Módulo III - Instrumentos de resposta a situações de grave carência habitacional

- 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação
- Programa Porta de Entrada
- Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
- Financiamento do PRR: RE-C02-i01: apoios disponibilizados e balanço da execução (1.º Direito + BNAUT)



Módulo IV - Habitação a custos controlados e alojamento estudantil

- Regime de Habitação a Custos Controlados e respetivas Regras Técnicas
- Recomendações Técnicas para Alojamentos de Estudantes do Ensino Superior

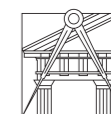


Módulo V - Instrumentos de promoção da acessibilidade habitacional

- Inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional e Bolsa de imóveis do Estado para habitação
- Financiamento no âmbito do PRR: RE-C02-i05: Parque público de habitação a custos acessíveis
- Apoio à promoção de habitação para arrendamento acessível
- Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível



- Programa de Arrendamento Acessível
- Fiscalidade aplicável ao arrendamento acessível (promoção + arrendamento)
- Possibilidades de integração dos instrumentos disponíveis



Módulo VI - Alterações recentes ao enquadramento legal e regulamentar

- Alterações ao Código Civil
- Alterações no âmbito da contratação pública
- Alterações Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

- Alterações recentes com implicações para a habitação:
 - IMI
 - Obras coercivas
 - Alojamento local
 - Direito de preferência



Inscrições

Taxa de candidatura: 25,00€

Valor do curso: 500,00€ (inclui despesas administrativas, seguro escolar e certificação)

Nº mínimo de alunos por curso: 15



a. . .
. . m. área metropolitana de lisboa
. l. .

Mais informação e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt > Cursos > Pós-Graduações

